

# Presidente apela por leis

■ FH pede aprovação da DRU e da Responsabilidade Fiscal sem emendas

SONIA CARNEIRO

Fernando Bizerra Jr. - 14/1/2000

BRASÍLIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso e os líderes dos partidos governistas no Senado fecharam ontem, durante café da manhã no Palácio da Alvorada, um acordo para aprovar as leis de Desvinculação Orçamentária (DRU) e de Responsabilidade Fiscal até a primeira quinzena de março. Por exigência do PMDB, será adiada mais uma vez a votação da proposta que cria o Fundo de Universalização das Telecomunicações - Fust.

"Queremos as duas leis aprovadas sem modificações", determinou Fernando Henrique aos líderes. O presidente do PMDB, Jader Barbalho (PA) concordou. "Mudar só por mudar é atraso", justificou Jader. "Hoje, o Congresso Nacional dá mais apoio ao Fernando Henrique em questões polêmicas do que dava aos governos militares. O presidente não pode se queixar", disse Jader. Fernando Henrique usou como argumento a recuperação dos índices da economia para exigir uma maior colaboração dos senadores. A lei de Desvinculação Orçamentária será a prioridade do governo no Senado.

Ontem, o presidente retornou a seu papel de articulador político. Anteontem à noite, ele já havia mantido longo diálogo por telefone com os presidentes da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-



O presidente deu razões econômicas para a aprovação das leis

SP) e do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ainda na manhã de ontem, após a reunião dos líderes, Fernando Henrique conversou por uma hora e 35 minutos com o presidente do PMDB, senador Jader Barbalho (PA). Na semana passada, o presidente reconciliou o governador Tasso Jereissati, do Ceará, com o

ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, e anteontem mandou os ministros José Serra, da Saúde, e Pedro Malan, da Fazenda, pararem de brigar em público. Os líderes do PSB, Sérgio Machado (CE); do PFL, Hugo Napoleão (PI); do PTB, Arlindo Porto (MG) e do PPB, Leomar Quintanilha (RO) elogiaram o no-

vo estilo conciliador de Fernando Henrique. "Não quero ninguém insatisfeito ou com dúvidas na base do governo", disse Fernando Henrique.

Os ministros participaram ativamente das discussões e atenderam a pedidos das bancadas. Mar- tus respondeu às dúvidas sobre a importância das duas leis. "O presidente está muito grato com a contribuição do Congresso para a retomada da economia. Aprovaram tudo que o presidente desejava", acrescentou Arruda.

**Lei Fiscal** - A segunda prioridade do Senado será a Lei de Responsabilidade Fiscal, que deverá ser votada até o fim de fevereiro ou início de março. Depois, será a vez da nova Lei de Incentivos à Informática. "Vamos verificar a possibilidade de tramitação conjunta das duas", disse Arruda. Ele revelou que o presidente só admitiu a possibilidade de mudanças no Senado na lei de incentivos e não viu problemas em sua volta à Câmara dos Deputados. "Essa lei será aprovada no Senado sem mudanças", garantiu.

Na longa exposição que fez aos líderes sobre a economia nacional, Fernando Henrique disse que o índice de desemprego caiu de 7,5% para 6,7%, lembrando que nos Estados Unidos a melhora na economia acabou resultando num aumento de inflação, em consequência do aumento no consumo.

## OS PROJETOS DE INTERESSE DO GOVERNO

### Desvinculação dos Recursos da União (DRU):

Principal motivo da convocação extraordinária, a nova versão do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) desvincula 20% de todas as receitas do governo. Os recursos da DRU para este ano são estimados em R\$ 42 bilhões e estão previstos na proposta orçamentária do ano 2000. A DRU, que vigora até 2003, foi aprovada como o Palácio do Planalto queria. O projeto ainda precisa ser votado pelo Senado.

### Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):

Outro projeto prioritário do governo na convocação extraordinária. A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe os prefeitos candidatos à reeleição de contratarem pessoal e fazerem empréstimos a curto prazo. O projeto foi aprovado na Câmara conforme queria o governo. A interferência pessoal do presidente Fernando Henrique Cardoso nas negociações com a Câmara vai permitir que a proposta entre em vigor imediatamente. O projeto ainda precisa ser votado pelo Senado.

### Agência Nacional de Águas:

Aprovada em votação simbólica, a agência terá a função de administrar a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos no país. A agência, sediada no Distrito Federal, vai funcionar como uma autarquia independente administrativamente, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, e será encarregada de supervisionar, controlar e disciplinar as companhias que operam a distribuição de água no Brasil. O projeto não foi aprovado pelo plenário do Senado.

### Reforma do Judiciário:

O texto básico da emenda foi aprovado há duas semanas na Câmara. O governo foi obrigado a ceder e concordou em retirar da proposta o "incidente de inconstitucionalidade", também conhecido como "advocatória", instrumento que permitia ao Supremo requisitar processo que estava tramitando em instância inferior da Justiça. A retirada desse dispositivo permitiu o início da votação da reforma do Judiciário. Faltam cerca de 50 destaques para concluir o primeiro turno de votação da emenda na Câmara.